

PERSPECTIVAS E DEMANDAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: O OLHAR MULTICULTURAL

Flávia dos Santos Cota; Sonia Cristina do Amaral Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro - flaviaflaf@hotmail.com;

Universidade Cândido Mendes - soniamaralpereira@gmail.com

Resumo: A proposta deste estudo é apresentar algumas considerações sobre a produção da identidade e das diferenças na sala de aula, relacionando a um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado, realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo título é: Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual: Articulações Necessárias. A partir da temática do Multiculturalismo, analisar o contexto e os processos de inclusão/exclusão em educação, destacando a criação de culturas, a produção de políticas e as práticas pedagógicas inclusivas no ambiente educacional. Desse modo, algumas questões foram destacadas, acerca das singularidades do aluno com deficiência intelectual e o seu processo de desenvolvimento ensino e aprendizagem, a história de vida dos alunos, considerando-as como fundamental em seu processo de formação e construção da identidade, percebendo quais as propostas e ações que valorizam as diferenças e as suas especificidades no contexto escolar. A metodologia teve uma abordagem qualitativa e envolveu os seguintes instrumentos: o questionário, a descrição dos indicadores educacionais baseados na análise documental sobre a Educação Especial no município do Rio de Janeiro e a observação participante. A pesquisa verificou que, ainda precisamos discutir melhor e ressignificar as práticas educativas garantindo o direito a participação de todos os alunos da escola.

Palavras-chave: Identidade, Multiculturalismo, Aprendizagem e Inclusão.

Atualmente, vivemos vários desafios na concepção de uma escola democrática e inclusiva, ao pensar no aluno público alvo da Educação Especial, deparamo-nos com a possibilidade do aluno frequentar a classe regular e no contraturno obter um atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncional. O que de fato acontece nessas salas de aula inclusivas, merece destaque e apoio para que esses alunos possam ser atendidos a partir da diferença e do seu reconhecimento, enquanto sujeito social, psicológico, cognitivo, emocional e político. Mas afinal que diferenças a escola acolhe? Essas diferenças não se referem apenas a Educação Especial.

Fundamentados na legislação: Constituição Federal do Brasil de 1988, na Declaração de Salamanca de 1994, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-9394/96), na Portaria Normativa nº13 de 24/04/2007, que institui a Sala de Recursos Multifuncional (SRM) como meio de garantir o atendimento educacional especializado e a inclusão, no Decreto nº6.571(17/09/2008), na Política Nacional da Educação Especial na

perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e no Plano Nacional de Educação de 2009, que apresentam a preocupação com a formação continuada dos professores, o respeito à diversidade dos alunos e prevê a educação como um direito de todos.

As políticas de Educação Especial assumem diferentes identidades pelo mundo e influenciados muitas vezes por modelos e práticas internacionais, que marcam ainda mais as diferenças, no sentido de intolerância e negação do diferente, ou do que foge ao padrão, dificultam assim as práticas inclusivas. Para Hannah Arendt (2005) a condição humana diz respeito as formas de vida, que o homem impõe a si mesmo para sobreviver; e essas condições variam de acordo com o lugar e o momento histórico do qual o homem faz parte, como: a cultura, os amigos e a família, que não devem ter negado a sua cidadania e os seus direitos.

Autores como Hall (1997), Boaventura de Souza Santos (2003), Skliar (2002) e Garcia Canclini (1999) evidenciam com diferentes vertentes do enfoque multiculturalista, refletindo sobre as relações numa perspectiva dialética e multidimensional da relação entre igualdade e diferença. O que contribui para refletirmos sobre as diferentes questões que envolvem esse pluralismo, rompendo com binarismos e propondo respeito às diferenças.

Vera Candau (2009) enfatiza a negação da padronização, a luta contra todas as formas de desigualdade e discriminação, o que remete ao objetivo maior do meu projeto de pesquisa, a luta pela real inclusão dos alunos com deficiência intelectual, assumindo o reconhecimento de um direito básico, que é a escolarização, tendo as suas diferenças reconhecidas como elementos presentes na constituição da igualdade. Apesar de a legislação procurar garantir a inclusão, ainda temos que caminhar para um diálogo que una as esferas da educação e que a sociedade contemple toda a diversidade que lhe é peculiar.

Ao longo da história, as pessoas que apresentavam algum atraso no desenvolvimento ou alguma necessidade especial enfrentavam preconceitos, eram rotuladas, às vezes aprisionadas em sanatórios e tratadas com repulsa, além de serem consideradas como improdutivas para a sociedade. As perspectivas históricas da Educação Especial levaram em conta a evolução do pensamento acerca das necessidades educativas especiais.

Segundo Clough (2000) o legado psico-médico predominou na década de 50, na década de 60 passou-se a defender a construção social de necessidades educativas especiais, a

partir da década de 70 enfatiza-se o papel do currículo para a superação das dificuldades de aprendizagem e começou a surgir a preocupação em educar verdadeiramente. Diante das descrições percebemos mudanças no que se refere à Educação especial e sua fundamental importância no processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual.

Canen (2005) considera as discriminações, ainda existentes no cenário escolar, onde cita o marcador identitário, que muitas vezes não reconhece as raças dentro da própria terra. Cada um de nós tem sua própria história, numa lógica de conexões e relações construídas, que reafirmam nossas identidades e ressignificam nossas histórias de vida.

No mundo contemporâneo nos deparamos com uma sociedade miscigenada e que por vezes, realça a diferença dentro da diferença, o que acaba por excluir, rotular e pôr a margem da sociedade alguns indivíduos. E assim, destaco a questão da colonialidade do poder, pressupondo olhares sobre as subjetivações subalternas, assim, constituindo a negação do estatuto humano. Para Walsh (2009) esta realidade culmina em problemas em torno da liberdade, do ser e da história do indivíduo inferiorizado por uma violência epistêmica. Evidenciando desse modo, a necessidade de novas construções teóricas para a emergência da diferença colonial no Brasil, de uma proposta de interculturalidade crítica e de uma pedagogia decolonial, rompendo com currículos monoculturais.

Nesse âmbito de estudos e reflexões encontramos o multiculturalismo folclórico, crítico e pós-colonial, buscando a superação de estereótipos e a inclusão de todos nos espaços sociais e políticos contribuindo para uma transformação da sociedade, em termos de democracia e direitos. O enfoque deverá ser a construção e valorização das identidades, rompendo com verdades universais, com oposições binárias (deficientes x não deficientes) objetivando a complexa composição e formação humana.

O desafio é articular a inclusão ao multiculturalismo. Inclusão engloba o acolhimento, o direito a participação e o respeito à diversidade, sem rótulos e estigmas, rompendo com tabus e pautados na ética. Segundo Booth e Ainscow (2002) a inclusão comporta dimensões políticas, culturais e práticas da escola.

A tendência da sociedade atual é homogeneizar, mas a luta é superar essa lógica. A sociedade padroniza e dita às regras do que é ser normal e exige cada vez mais do ser humano. O fenômeno do bullying caracteriza-se pela ausência do respeito a certas identidades.

Na perspectiva multicultural a escola deve agir garantindo o direito à educação e a valorização das identidades com sua beleza e diversidade.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa com enfoque na perspectiva colaborativa e dialógica. O objetivo era criar uma cultura de análise das práticas que são realizadas, a fim de possibilitar que os professores participantes transformassem suas ações e as práticas institucionais, aperfeiçoando o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

O trabalho concentrou-se nos diálogos sobre as práticas, crenças, valores e a formação dos professores e alunos. O objetivo era investigar se a presença de uma educação inclusiva nos espaços especificados, valorizando o caráter ativo do indivíduo, por meio de interações com seu contexto físico, simbólico, social e cultural. O interesse dessa pesquisa encontrava-se nas observações relatadas no curso e no “chão” da escola, por esses profissionais e na composição da trilha de significados que compõem as suas práticas.

De acordo com Foucault (1989):

Estamos falando aqui do trabalho do pesquisador como aquele que transforma em primeiro lugar a si mesmo, aquele que, como o filósofo, é chamado a ultrapassar não só o senso comum, ordinário ou acadêmico, mas a ultrapassar a si mesmo, a seu próprio pensamento. Fica, então, para aquele que propõe uma determinada investigação, por simples que seja, o convite ao trabalho de pensar sua própria história para “liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente” (p.14).

No delineamento dessa investigação contamos com a abordagem qualitativa sem desconsiderar a abordagem quantitativa, pois forneceu dados precisos e relevantes nesse estudo, usada para compor a análise das experiências inclusivas com alunos com deficiência intelectual em uma escola da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro.

O estudo buscou analisar de forma interpretativa a relação existente entre os professores das salas de recursos multifuncionais e das salas regulares, que compõem o espaço escolar a fim de verificar os processos de inclusão dos alunos com deficiência intelectual. Participaram da pesquisa sete alunos da Educação Especial, junto a quatro professoras, sendo duas da classe regular e duas do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Como instrumentos na construção dos dados, utilizamos a análise documental, o questionário e a observação participante, objetivando a informações sobre a inclusão escolar e

social dos alunos em questão, assim como reflexões para análise dos diferentes contextos escolares, auxiliando no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa relação de direitos, posicionamos com prioridade a necessidade de um currículo que contemple a formação do indivíduo com suas especificidades, partindo do princípio da valorização da diversidade e do reconhecimento das diferenças e produções culturais, que regulem as ações sociais, pensando na atuação do mesmo na escola e fora dela. Canen (2005), nos leva a refletir em que cenário essas diferenças são construídas, a relação entre universalismo e relativismo, o caráter híbrido do multiculturalismo, considerando as diversas culturas, saberes e linguagens, que influenciam e ressignificam as práticas pedagógicas e o currículo.

Embora diferentes autores utilizem a terminologia multiculturalismo e/ou interculturalismo, escolhemos como opção o multiculturalismo, fundamentando o desejo em atender as múltiplas culturas, por pensar na diversidade cultural e acreditar em práticas pedagógicas que propiciam o reconhecimento no grupo, à construção da identidade individual, coletiva e organizacional e a formação plena do indivíduo, seja com necessidades especiais ou não.

Bourdieu (1999) ao falar sobre as identidades marginalizadas preocupa-se com os universalismos, que podem construir “guetizações” e universalizar os particularismos, o que nos atenta para a função da escola como reprodutora cultural e social. O direito a diversidade assim, se constitui como um desafio para a sociedade.

Para Charlot (2006) o multiculturalismo constitui-se como um campo de saber que encontramos os conhecimentos, os conceitos e os métodos por um lado e por outro as práticas, os saberes e os fins políticos e éticos. O que nos possibilita refletir e questionar a relação que se estabelece com o sujeito e com os conhecimentos escolares e em quais especificidades refletem na produção da diferença e da igualdade, objetivando a aprendizagem e o respeito à multiplicidade de espaços, tempos e culturas.

A educação é (...) onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender em seus escritos alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (Arendt, 1979, p.247)

Arendt (1979) em seus escritos já destacava a preocupação com um futuro em que cor, sexo, crença, deficiência e diferença não fossem motivos de preconceito e discriminação. Buscamos até hoje essa inserção, destacando a importância da escola, como instituição que introduz a criança no mundo social e público. Respeitar a diferença e a singularidade do ser humano equivale à busca por uma escola mais justa, possível de transformar a realidade do nosso País, garantindo acessibilidade e permanência escolar aos alunos com deficiência.

No caso das salas de recursos multifuncionais, caracteriza-se por ser um espaço com recursos diferenciados visando atender as necessidades especiais dos educandos e facilitar a aprendizagem e as interações destes. A parceria da classe regular com a sala descrita complementa ou suplementa as necessidades educativas especiais. Outro desafio dessa parceria é a importância dos demais profissionais envolvidos estarem sempre dialogando, a fim de permitir a transformação curricular e pedagógica.

Integrar não é o mesmo que incluir. O processo de inclusão aborda o respeito à diversidade com condições de desenvolvimento. A homogeneidade deve dar lugar à heterogeneidade, que constitui toda sala de aula e a sala de recursos multifuncional, que é uma das formas na atual política de inclusão, que favorece o desenvolvimento do público alvo.

Outro fator primordial no contexto analisado, é a formação do professor, seja da educação especial, ou de outra área; as discussões e trocas devem objetivar uma metodologia de caráter plural e buscar caminhos para a transformação. Nessa perspectiva, para Nóvoa (1995) o aprender é essencial na profissão do professor, destacando a própria pessoa envolvida e a escola como lugar de crescimento profissional, sendo assim formação e profissionalização caminham juntos.

A formação continuada de professores para atender a diversidade cultural é considerada como um caminho para o sucesso da escola de hoje. Pensarmos a formação e também o papel do gestor, perante as múltiplas diferenças, que caracterizam o espaço escolar. Para Candau (2009) a escola é um espaço de culturas e nos faz questionarmos a sua autonomia e identidade, diante de influências diversas e das diferentes culturas na formação de novas gerações. Diante das propostas inclusivas é fundamental um trabalho articulando as diferenças e criando espaços de representações.

Para entender as possibilidades na atuação docente, é preciso sensibilizar, dialogar, permitir a troca de saberes entre as diferentes esferas, parcerias, dando visibilidade aos discursos plurais, que envolvem o currículo e a prática docente. O cruzamento entre as identidades coletivas possibilitará ainda mais o sentimento de pertencimento dos indivíduos.

Banks (2004) nos alerta sobre o termo hibridização, referindo-se às composições dos marcadores identitários plurais na construção das identidades coletivas, lembrando que os indivíduos possuem múltiplas identificações e assim vão se constituir, e que devem destacar-se nos currículos e na formação profissional; tal questão vai além da sala de aula e do espaço escolar.

De acordo com Mantoan (2006), a inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, como também o próprio conceito de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais. Assim, cabe à escola criar condições favoráveis para efetivar a aprendizagem, sendo responsável por mudanças sociais e de vida.

Para Freire (1999), educar implica aceitar riscos, desafios ligados à inovação e ao enriquecimento das práticas pedagógicas. Assim, envolve escolhas, subscrevendo princípios epistemológicos, co-construindo conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências na esperança de um futuro promissor, onde todos sejam sujeitos participantes do processo educacional.

Nesse contexto de formação, diante da pesquisa realizada é relevante pensarmos na avaliação da aprendizagem, destacando a avaliação institucional, a avaliação externa e interna da instituição considerada. A avaliação deve ser um instrumento para avançarmos na melhoria do ensino, refletindo em melhores índices de desempenho da escola, mas também na qualidade, repensando e reformulando as práticas pedagógicas.

Uma avaliação proposta de modo formativo e diagnóstico, promotora do sucesso, da transformação das escolas, articulando as discussões teóricas e as relações do contexto, constituindo práticas colaborativas e ampliação de conhecimentos. É preciso pensar o quanto nós professores revemos nossas práticas e de que forma fazemos do erro uma construção com os alunos, refletindo um processo contínuo, sem deixarmos de considerar a dimensão política.

Segundo Canen (2012) avaliar não é classificar, medir, aprovar ou reprovar. Nesse ato estão presentes: a realidade ou a prática julgada, os critérios de julgamento e o juízo de valor. É um processo complexo, que envolve escolhas, opções, crenças, ideologias, percepções e representações.

A aprovação automática usada em algumas redes de ensino é questionável, provocando reflexões sobre a forma de ensinar e avaliar com garantias da efetiva aprendizagem. A atual demanda considera os momentos e instrumentos plurais de avaliação.

CONCLUSÃO

Hoje podemos pensar em uma avaliação processual e formativa, superando os preconceitos, respeitando as culturas e valorizando a pluralidade cultural, oferecendo e possibilitando a criação de espaços múltiplos de aprendizagem, por meio de subjetividades dentro do coletivo. Construindo dados que revela a realidade escolar, mas que contribuam com práticas escolares significativas, desenvolvendo a autonomia, a responsabilidade e o compromisso com os indivíduos e com a sociedade.

Desse modo, um dos objetivos para a escola de hoje, é a elaboração de estratégias curriculares e avaliativas desafiadoras de preconceitos e que valorizem o diálogo das diferenças, no caso do aluno com deficiência intelectual, contribuindo coma pluralidade cultural e social. Percebendo os movimentos sociais que atravessam a escola e contribuem num enfoque interdisciplinar para a superação dos discursos hegemônicos, abrindo espaço para a expressão, o respeito às diferenças e o questionamento das próprias relações de poder, na busca por uma educação de qualidade e para o exercício da cidadania.

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) nesse cenário de inclusão e cidadania define que:

(...) O atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência intelectual está centrado na dimensão subjetiva do processo de conhecimento. O conhecimento acadêmico refere-se à aprendizagem do conteúdo curricular, o atendimento educacional especializado, por sua vez, refere-se à forma pela qual o aluno trata todo e qualquer conteúdo que lhe é apresentado e como consegue significá-lo, ou seja, compreendê-lo. (Brasil, 2007, p.23)

A pesquisa permitiu percebermos que os pressupostos acima citados ainda é um desafio para a Educação Especial, o que justifica pesquisas na área, aspirando ao desenvolvimento da identidade e o processo de significação para esses alunos. Trabalhar com o aluno com deficiência intelectual, buscando a construção ativa e efetiva dos conhecimentos, é ressignificar práticas numa perspectiva multicultural, rompendo preconceitos e todas as barreiras que possam atravessar esse percurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria R. C. de. **Metamorfoses Indígenas: Identidades e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2005.

_____. Origens do totalitarismo. **O antissemitismo, instrumento de poder**. Uma análise dialética. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1979.

BANKS, James A. (Ed.), **Diversity and Citizenship Education: global perspectives**. San Francisco, USA: Jossey-Bass Eds, 2004.

BITTENCOURT, Circe M. F. Identidade e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda. **Ensino da História e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BOOTH, T. & AINSCOW, M. **Index Para a Inclusão - Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. Traduzido por: Mônica Pereira dos Santos. Produzido pelo LaPEADE, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Art. 231 e Art. 210 § 2º, 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**/Secretaria de educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF,1997.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

BORTOLINI, Alexandre, Diversidade Sexual e de gênero na Escola: uma perspectiva interrelacional e intercultural. In: Bortolini A. (org.), **Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: educação, cultura, violência e ética**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão, UFRJ, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Educação e realidade, Porto Alegre, v.2, n. 20, p 133-184, jul. /dez. 1995.

CANDAU, Vera M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e posturas**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

CANDAU, Vera M., Sociedade Multicultural e educação: tensões e desafios. In: Candau, V.M.F. (org.) **Didática Crítica Intercultural aproximações**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

CANEN, Ana & Santos, Ângela. R., **Educação Multicultural: teoria e prática para professores e gestores em Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2005.

CANEN, Ana & XAVIER, Giseli P. de **Gestão do Currículo para a Diversidade Cultural: discursos circulantes em um curso de formação continuada de professores e gestores**, Currículo sem Fronteiras, v.12, n.2, 2012.

CHARLOT, Bernard. **A Pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber**. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.31, p.7-18, jan. /abr. 2006.

CLOUGH, Peter. **Theories of Inclusive Education: A Student's Guide**. London, Sage/Paul. Chapman, 2000.

FORQUIN, Jean. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo & PIÑÓN, Ana. **A temática Indígena na Escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GONÇALVES, Luiz A. O. & SILVA, P.B. G. **O jogo das diferenças; multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

HALL, Stuart. **A Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo; Educação e realidade**, vol.22, n.2, jul. / dez. 1997.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas. Uma introdução a Pedagogia crítica nos fundamentos educacionais**. Porto Alegre: Artmed, 2.ed.1997.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fries (org.) **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas,1996.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Ancelmo. P. de. **Discurso da exclusão na escola**. Joaçaba: UNOESC, 2002.

SANTIAGO, Mylene. AKKARI, Abdeljalil. & MARQUES, L.P. Os Caminhos do Interculturalismo no Brasil. In: **Educação Intercultural: desafios e possibilidades**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

SANTOS, Boaventura de S. **Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. In SANTOS, B. S. (org.). Reconhecer para libertar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SKLIAR, Carlos B. **A pergunta pelo outro da língua In: Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SILVA, Tomas Tadeu da. **O Currículo com fetiche; a poética do texto currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir, e re-vivier. In: CANDAU, vera (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de janeiro: 7letras, 2009.